

NOTÍCIAS DA ASCT

Sexta

12 de julho de 2024

Edição nº 04/2024



A importância estratégica da C&T para o país

A [Lei nº 8.691/1993](#) marcou um avanço significativo na valorização dos profissionais de ciência e tecnologia ao criar o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais. Essa legislação delineou o perfil dos profissionais que operam o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiro.

Os analistas e assistentes em C&T pertencem à carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em C&T e atuam nas organizações elencadas na Lei, de modo a **gerir e planejar as Políticas de Estado** da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), as quais serão de suporte para desenvolver setores estratégicos que implicam no progresso científico e tecnológico, como a expansão do sistema de pós-graduação, feito pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o fomento da pesquisa nas Universidades realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de operar outros instrumentos como a Lei do Bem, incentivo fiscal que representa cerca de 36% do total do investimento em P&D no país.

Os tecnologistas e técnicos desempenham papel crucial na **gestão e produção do desenvolvimento tecnológico**. Muitos desses profissionais estão envolvidos em projetos de grande relevância nacional como em Complexos Industriais da Saúde, tanto de base química e biotecnológica (fármacos, imunobiológicos, vacinas, medicamentos, hemoderivados e reagentes) quanto de base mecânica, eletrônica e de materiais (equipamentos mecânicos, eletrônicos, próteses, órteses e materiais). Também trabalham em Parques Tecnológicos, desenvolvendo o ambiente de interação entre as universidades, o poder público e a indústria que reverberam na transferência de conhecimento para a iniciativa privada em setores econômicos importantes como a agroindústria. Geram também as condições para que o país alcance a autossuficiência na produção de

radioisótopos, essenciais para fármacos para tratamento do câncer e em diagnósticos de imagem, com a conclusão do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB).

Os pesquisadores em Ciência e Tecnologia são cientistas das instituições elencadas pela Lei, que **desenvolvem pesquisa e lecionam**. Produzem conhecimento e formam novos cientistas em áreas estratégicas como a Espacial, que em parceria com a China, desenvolverá o satélite CBERS-5, a fim de monitorar eventos climáticos extremos, possibilitando que o Poder Público mitigue os desastres naturais e salve vidas. Trabalham também em Museus de Ciência que abrigam coleções científicas de biodiversidade e históricas, constituindo-se relevantes centros de educação em ciências e divulgação científica do país.

O potencial dos investimentos em C&T

A riqueza de um país varia conforme o quanto se investe em C&T. E é possível gerar riqueza com investimentos contínuos em áreas estratégicas para alcançar o protagonismo econômico. A ascensão da China à segunda maior economia mundial foi resultado de uma combinação de reformas estratégicas, investimentos maciços em infraestrutura e tecnologia, abertura ao comércio exterior e políticas governamentais eficazes. Esse processo levou cerca de 40 anos e envolveu gastos bilionários com investimentos em infraestrutura e educação, possibilitando a transformação econômica de um país rural em uma potência, tirando centenas de milhões de pessoas da pobreza extrema. A Coreia do Sul, por exemplo, com uma política de C&T aliada a uma política industrial, elevou o investimento privado por um fator 8, de 0,2% na década de 70 para 1,6% na década de 90.

O desenvolvimento em ciência e tecnologia está no cerne do progresso econômico, social e militar de um país, estando intrinsecamente ligado aos conceitos de

Cadê a valorização dos operadores desse sistema no governo dos trabalhadores?

soberania e defesa. A soberania, como fundamento, exige que o Estado busque condições de não ser submetido por outro Estado. Para isso, implementam-se políticas que conduzem a manutenção dos interesses nacionais e de hegemonia. Não é por acaso que a Constituição Federal (CF) de 1988 prevê o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país, afinal são elas que empregam a maior parte dos trabalhadores brasileiros. Trata-se de uma estratégia política para manter a ordem econômica.

Os operadores da C&T devem ser qualificados e contar com mecanismos de retenção e valorização para que não haja a fuga de cérebros. Se ocorre em determinadas áreas do saber, provoca, a longo prazo, um cenário de estagnação econômica e desvalorização da produção local. Com a financeirização do mundo, o setor especulativo é um dos que rouba talentos por seus salários atrativos.

O Brasil, de acordo com o ranking World Talent, que mede a capacidade de atração e retenção das empresas por país, **está na penúltima posição entre os 64 mais competitivos**. E essa situação se reproduz dentro do serviço público que, ao ter baixa atratividade, perde conhecimento e investimentos de alavancagem econômica e segurança nacional.

A burocracia da C&T deve buscar parceiros para garantir que a cooperação científica esteja focada no desenvolvimento científico-tecnológico e combata as desigualdades sociais. Deve ser capaz de conhecer a

PRINCIPAIS ATORES DO SISTEMA DE CT&I



Fonte: [relatorio de gestao 2020 complemento.pdf \(cti.gov.br\)](#)

realidade brasileira, planejar e executar projetos e políticas de Estado, fornecendo condições para a independência, capacidade de defesa e preservação da soberania nacional.

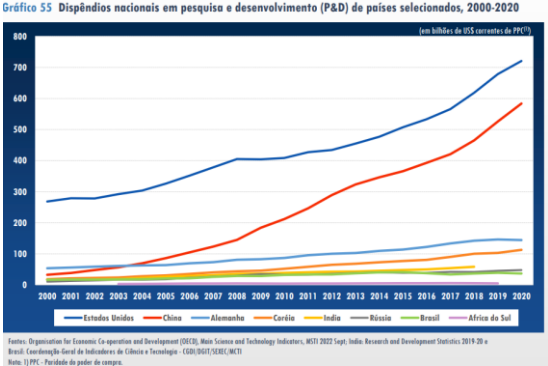
O verdadeiro progresso da C&T só será alcançado se ela se tornar Política de Estado, ou melhor, se a Constituição garantir um compromisso mínimo de aportes financeiros e um arranjo institucional forte para garantir a interação federativa e a distribuição de recursos entre a Academia, Empresas e Governo, condizente com as estratégias de desenvolvimentistas.

Veja que a baixa destinação orçamentária atrasa o progresso tecnológico. Por exemplo, desde 1979 encontra-se em desenvolvimento na Marinha o seu Programa Nuclear, que embora tenha conquistado o domínio do ciclo do combustível, ainda não concluiu a planta de propulsão do Submarino Nuclear.

Nossa indústria aeronáutica civil não existiria sem o Centro Técnico da Aeronáutica (CTA), como não existiria o Programa Espacial, Angra I e Angra II, nem urânio enriquecido, nem o desenvolvimento alcançado na área de sua aplicação civil. Anos atrás, houve a decisão política de investir na energia nuclear para acelerar o desenvolvimento nacional, com a geração tecnologia própria, refugando a importação do produto final.

A premissa é que ciência e tecnologia devem ser desenvolvidas internamente, por meio da formação e incentivo de cientistas e do investimento adequado em infraestruturas para a pesquisa. Entretanto, a destinação de orçamento ao longo do tempo é incompatível com essa finalidade. É destoante a proporção dos investimentos das maiores economias mundiais em relação aos demais países.

A classe política e a burocracia da Esplanada precisam entender que os gastos de C&T são investimentos com retorno econômico e social. As 20 maiores economias do planeta concentram 92% dos investimentos globais em C&T.



Fonte: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/publicacoes/arquivos/indicadores_cti_2022.pdf

Apenas 22 dos 69 países são responsáveis por 90% de todos os artigos publicados de 2006 a 2009. E, apesar do Brasil ocupar o 15º lugar no total de publicações, fica significativamente atrás em pesquisas de alto impacto, não aparecendo nos percentis superiores dos artigos mais citados. Isso indica que embora o país contribua com um volume substancial de artigos científicos, seu impacto no avanço científico global permanece limitado.

Por esta razão, é crucial a criação de ambiente favorável para a interação entre a universidade, o setor privado e o governo a fim de consolidar sistemas de pesquisa eficientes e garantir que sejam sempre irrigados por fundos de apoio à ciência, unidos a políticas econômicas robustas, que conduzam a inovações revolucionárias e disruptivas, essenciais para a resiliência econômica e o crescimento econômico do Brasil. Temos campos do saber com excelentes exemplos de impacto na economia, como a de produção de vacinas da COVID-19 pelo Butantan e Fiocruz.

É esse o papel dos trabalhadores da C&T.

Estamos em meio ao processo de revolução econômica com a aplicação inteligências artificiais e precisamos delinear estratégias desenvolvimentistas para que deixemos de ser coadjuvantes e reprodutores, um país reflexo com ciência reflexa e tecnologia dependente.

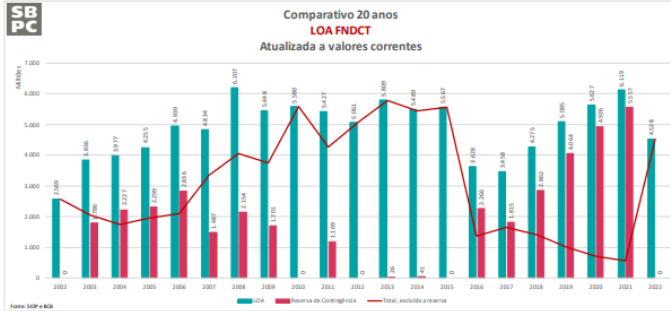
O MCTI é Coordenador do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (SNCTI) e suas principais agências de fomento, a Finep e o CNPq, e os Institutos de Pesquisa executam ações para expansão, consolidação e integração do Sistema.

A transversalidade temática da C&T e a agregação de valor da CT&I nos serviços, produtos e processos per se implica a urgência de tornar-se Política de Estado.

O conceito de Política de Estado se contrapõe à Política de Governo. Enquanto que o Governo é mero controle momentâneo do poder político, que nem sempre atende os interesses difusos, o Estado é o poder público soberano, permanente, impessoal que deve garantir o bem-estar da população. Estado tem vontade própria, distinta da vontade individual do governante e a Constituição é o instrumento garantidor da preeminência de sua vontade.

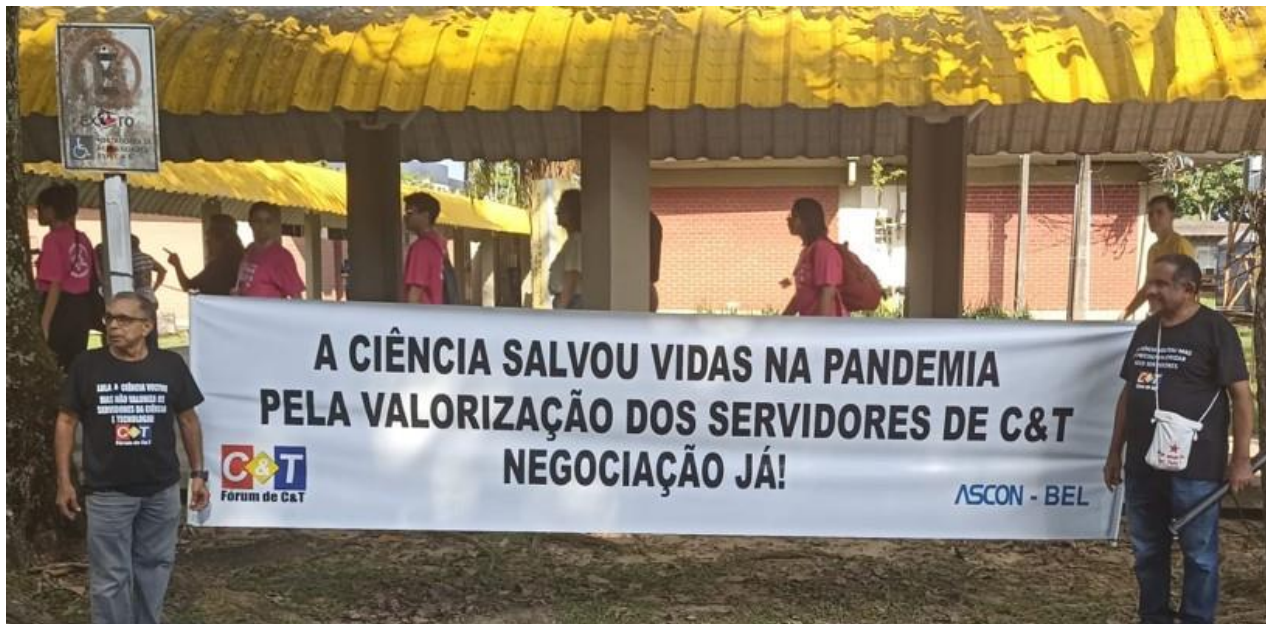
A CF/88 é definida como Constituição garantia e dirigente, uma vez que prevê normas garantidoras de direitos (individuais e coletivos), normas programáticas e estabelece diretrizes a serem cumpridas pelo Poder Público a fim de garantir melhoria nas condições econômicas e sociais da população. Dessa forma, existe um Estado Social na Constituição já que parte de seus dispositivos remetem a condições como a determinação da função social da propriedade, os direitos previdenciário e trabalhista, entre outros.

Em existindo Políticas de Estado, governar passa a ser a gerência de fatos conjunturais, enquanto o planejamento do futuro, com o estabelecimento de políticas a médio e longo prazo, são ações de Estado. Por exemplo, as políticas públicas da saúde no Brasil são garantidas pela CF em razão Sistema Único de Saúde (SUS) e por estabelecer que ações e serviços públicos de saúde devam contar com recursos mínimos derivados de determinadas rubricas orçamentárias. Dispositivos como esse são fundamentais para que a classe política brasileira invista o mínimo, evitando que os gastos públicos fiquem à mercê das vontades temporárias de políticos e partidos, inclusive aquelas de cortar gastos e não contratar novos servidores, diminuindo a capacidade operacional do Estado.



Por anos o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), fundo especial de natureza contábil e financeira cujo objetivo é financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, sofreu cortes. Ademais, há evidências que a sua gestão elege discricionariamente (sem diretrizes previstas em lei ou pelo Conselho Diretor) setores ou áreas para ações transversais, sem vinculação com os programas estabelecidos por lei ou setoriais de C&T. Conforme apontamento, comprometeu, nos últimos dez anos, mais de 50% do total dos recursos não reembolsáveis do FNDCT (LEAL, TEIXEIRA, MOREIRA, 2020¹)

¹ Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n1art11> .



Quais profissionais, entre doutores e mestres, precisaremos para as próximas décadas? Como será a ciência médica, a espacial, a energética daqui 20 anos? Qual será o papel da inteligência artificial e da nanotecnologia nos processos produtivos? O Estado Brasileiro precisa priorizar a C&T para desenhar estratégias de construção do Brasil do Futuro.

Os recursos do FNDCT são para apoio a programas, projetos e atividades de CT&I, compreendendo a pesquisa básica ou aplicada, a inovação, a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de novas tecnologias de produtos e processos, de bens e de serviços, bem como a capacitação de recursos humanos, o intercâmbio científico e tecnológico e a implementação, manutenção e recuperação de infraestrutura de pesquisa de CT&I. Podem ser aplicados nas modalidades:

I - não reembolsável, para financiamentos de despesas correntes e de capital para: a) projetos de instituições científicas e tecnológicas (ICTs) e de cooperação entre ICTs e empresas; b) subvenção econômica para empresas; e c) equalização de encargos financeiros nas operações de crédito; d) programas desenvolvidos por Organizações Sociais, qualificadas pela Lei nº 9.637/98, que mantenham contrato de gestão com o MCTI e que promovam e incentivem a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

II - reembolsável, destinados a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, sob a forma de empréstimo à Finep, que assume o risco integral da operação, observados, cumulativamente, os seguintes limites: a) o montante anual das operações não poderá ultrapassar 50% das dotações consignadas na lei orçamentária anual ao FNDCT; b) o saldo das operações de crédito realizadas pela Finep, inclusive as contratadas com recursos do FNDCT;

III - aporte de capital como alternativa de incentivo a projeto de impacto, mediante participação efetiva, em: a) empresas de propósitos específicos, criadas com amparo no art. 5º da Lei nº 10.973/2004.

Precisamos garantir que um Fundo de tamanho vulto e importância conte com a representação dos trabalhadores da C&T.



SBPC

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil e representa mais de 170 sociedades científicas. É uma organização que tem assento permanente no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), órgão consultivo do Governo Federal para definição das políticas e ações prioritárias para C&T e possui representantes em mais de 20 conselhos e comissões governamentais. Frequentemente institui grupos de trabalhos com o objetivo de estudar e apresentar propostas para questões específicas de interesse nacional. É importantíssimo garantir a participação inclusive dos trabalhadores de C&T nesses espaços decisórios.

Todos os anos realiza reunião anual com objetivo de discutir temas relevantes para a ciência. Nesse ano, o evento ocorre entre os dias 8 e 13 de julho no campus Guamá da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, e tem como tema “**Ciência para um futuro sustentável e inclusivo: por um novo contrato social com a natureza**”. A reunião é a oportunidade para a sociedade científica discutir a importância estratégica do desenvolvimento sustentável do país, em particular da Amazônia, a fim de intensificar o debate sobre as mudanças climáticas e contribuir na preparação da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) em novembro de 2025.

O Fórum de C&T está presente no evento a fim de contribuir com os debates e abrir espaços para maior participação dos trabalhadores da C&T em instâncias consultivas e eventos políticos. Nossa bandeira é a valorização das três carreiras da C&T em razão de sua contribuição para que a comunidade científica seja cada vez mais forte no país.



30, 31 de julho
e 1 de agosto

Brasília,
Distrito Federal

A 5ª Conferência

A 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5CNCTI) será realizada nos dias 30, 31 de julho e 1º de agosto de 2024, e reunirá representantes de setores sociais, governamentais e empresariais para debater a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) de 2023-2030.

A conferência possui caráter consultivo e busca engajar todos os interessados em auxiliar o avanço científico e tecnológico do país.

O debate será em torno de eixos estruturantes:

I - recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;

II - reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas;

III - ciência, tecnologia e inovação para programas e projetos estratégicos nacionais; e

IV - ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social.

Os trabalhadores da C&T são encorajados a participar e contribuir nas discussões, nas definições políticas e nos rumos dos investimentos e ações estatais a fim de alcançar um futuro mais sustentável e inclusivo.

A inscrição pode ser feita pelo site <https://5cncti.org.br/>.

É legítimo, durante a Conferência, o pleito da valorização do profissional que gerencia o SNCTI, formula e executa projetos estratégicos nacionais.

O presidente Lula e a Ministra Luciana Santos possuem a responsabilidade de reforçar o papel da CT&I na economia brasileira, sobretudo em função do perigo do crescimento dos movimentos negacionistas e de base religiosa que sobrepujam noções elementares de lógica.

Há três décadas, éramos uma categoria prestigiada e reconhecida pela importância que tínhamos ao sermos responsáveis por implementar políticas de ampliação da base científica, tecnológica e na formação de milhares de doutores e mestres no país, além de direcionar os investimentos em P&D no setor privado. Hoje, com a defasagem salarial, mudanças na composição da remuneração e pela falta de concursos públicos e lobby de outras categorias, somos uma burocracia que precisa se fortalecer para recuperar o seu potencial de ação de entrega à sociedade brasileira em termos de progresso econômico, científico e tecnológico.

Lutamos pela soberania do país. Queremos transformar o Brasil em uma potência econômica inclusiva.

Presidente Lula e Ministra Luciana Santos, quando o Brasil reconhecerá os trabalhadores da CT&I?



Fonte: <https://www.ubes.org.br/2019/e-greve-porque-e-grave-6-greves-importantes-no-brasil/>

A greve é um instrumento do trabalhador na luta por melhorias em suas condições de trabalho.

A greve é uma ação coletiva e voluntária dos trabalhadores de interrupção total ou parcial de suas funções. É o mecanismo usado para alcançar melhorias na situação de trabalho, como segurança, benefícios trabalhistas ou salariais e até mesmo para impedir desvalorização.

A relação entre patrão e empregado é hierárquica e o Estado, por meio da legislação trabalhista, regulamenta direitos e deveres entre as partes de forma a oferecer garantias e proteção. Exemplos dessas regulamentações incluem o salário mínimo, o limite de horas de trabalho por semana, o adicional por hora extra, as férias remuneradas e o aviso-prévio. São conquistas para que os trabalhadores tenham a tranquilidade e condições necessárias para exercer suas funções.

No setor público, não há a premissa do interesse da produção voltada para a acumulação do capital do empregador. Assim, **a exploração do trabalho não ocorre em função da acumulação, mas da quantidade de salário em relação à jornada de trabalho e às condições necessárias de vida em sociedade.**

Como na estrutura econômica brasileira, o serviço público reproduz a desigualdades salariais. Dessa forma, os trabalhadores de C&T lutam por salários melhores e compatíveis com os resultados que geram na economia. Entregamos Complexos Industriais, Parques Tecnológicos, fomentamos pesquisadores, geramos benefícios fiscais para o empresariado, fortalecemos redes de pesquisa em temas estratégicos, produzimos satélites, geramos energia nuclear, monitoramos o clima, pesquisamos a biodiversidade, somos Museus de Ciência.

Os trabalhadores de C&T são um corpo técnico qualificado composto por três carreiras que, juntas,

trazem a sinergia para cumprir os objetivos do Estado Brasileiro. Seus representantes vêm trabalhando para receber o devido reconhecimento salarial

A inspiração de Luta



Fonte: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/08/31/das-greves-a-presidencia/>

Conheça alguns tipos de Greve

Ativa: aceleração exagerada do ritmo de trabalho.

De advertência: suspensão do trabalho por algumas horas, de forma a alertar que um movimento maior pode ser deflagrado.

Intermitente: a cada dia num setor paralisa.

Seletiva: o setor estratégico, que paralisa os demais, suspende as atividades.

Político-Trabalhista: greve contra políticas que geram impacto negativo nos trabalhadores.

Em Solidariedade: greve em apoio a outra categoria.

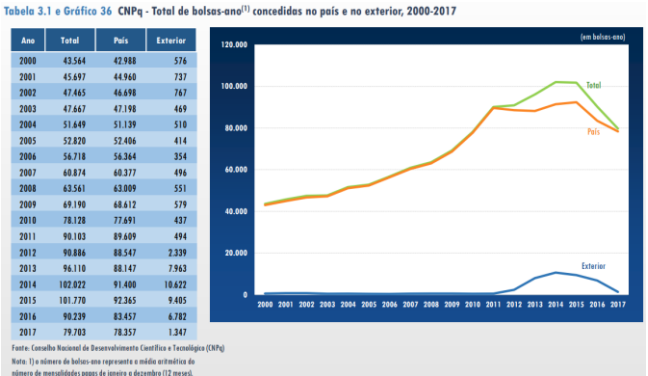
Se não fosse a Greve de 1962, não haveria o 13º salário. Em 1979, mesmo com a ditadura intervindo nos sindicatos, a movimentação de 100 mil pessoas na greve dos metalúrgicos resultou em acordo para os trabalhadores.

Trabalhadores do CNPq declaram Estado de Greve

No dia 19 de junho, em Assembleia, analistas e assistentes em C&T do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deliberaram Estado de Greve, em caráter de atenção, uma vez que alertam para a escalada da mobilização de modo a chamar a atenção para a valorização das carreiras de C&T.

Os servidores do CNPq lembram da importância da carreira no processo de fomento às atividades científicas do país. A instituição é responsável por grande parte dos programas de financiamento de projetos de pesquisa para universidades. Grande parte de seu orçamento vai para ações de formação, capacitação e fixação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e fomento a projetos de desenvolvimento e difusão tecnológica, empreendedorismo e inovação.

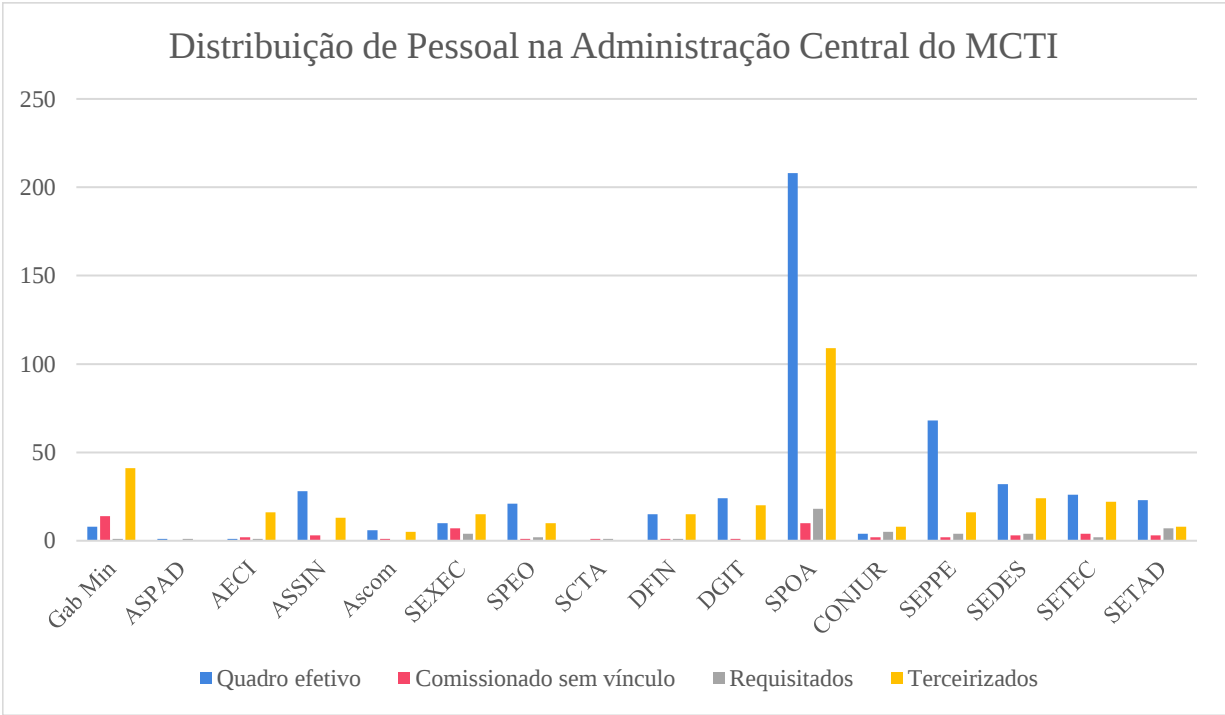
Não obstante a sua importância na economia brasileira, para a formação acadêmica, científica e tecnológica, a carreira de C&T tem pouco apoio político da gestão para superar os problemas da falta de valorização salarial e recomposição da força de trabalho. É bom lembrar que a ciência não volta para a sociedade se parte do seu braço operacional é preterido nas negociações do Estado.



Se houve a recomposição financeira dos Fundos, é preciso também fortalecer o corpo técnico que baliza as prioridades de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.



Queremos que a C&T seja um compromisso do Estado. Reconhecer o trabalho dos servidores é valorizar o serviço público de qualidade.



Fonte: MCTI/2024

A evidência da necessidade da implementação da gestão estratégica de pessoas no MCTI e do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)

A falta de prioridade da gestão organizacional não é desconhecida dos servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Entretanto, mesmo passados 500 dias de mudança de governo, parte do legado bolsonarista da gestão permanece.

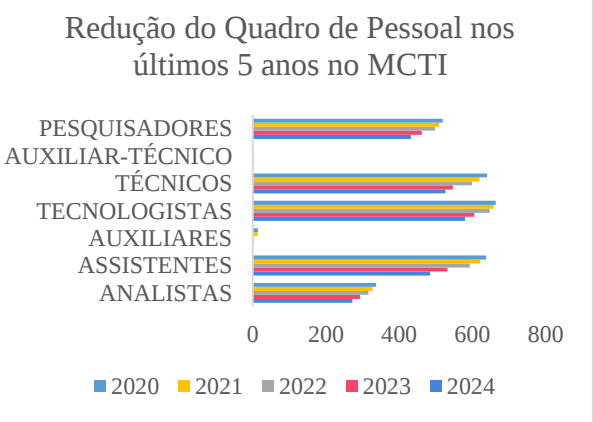
A recomposição da força de trabalho da C&T foi anunciada no início do governo Lula. Foram autorizadas 814 vagas, sendo 296 analistas, 253 pesquisadores e 265 tecnologistas, os quais serão distribuídos entre a Administração Central (AC) do MCTI e dezessete Unidades de Pesquisa (UP).

Embora seja um número considerável, os últimos cinco anos comportou a perda de: 65 analistas, 87 pesquisadores, 84 tecnologistas, além de 153 assistentes em C&T e 113 técnicos. Temos a informação de que até 2028 podem se aposentar: 201 pesquisadores, 138 tecnologistas e 62 analistas, além de 130 assistentes e 143 técnicos. Ademais, 54,9% dos servidores/empregados públicos em atividade no MCTI possuem idade superior a 50 anos e 29% encontram-se no usufruto do abono de permanência. Ou seja, **representa mais o suprimento das aposentadorias que o reforço institucional necessário para o MCTI recuperar a sua capacidade para promover o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.**

É importante observar que ficaram de fora instituições que precisam urgentemente de novos servidores como a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a Agência Espacial Brasileira (AEB).

A maioria das vagas autorizadas está com concurso em andamento. Entretanto, é importante relatar que três UP (Museu Paraense Emílio Goeldi, Instituto Nacional do Semiárido e o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal) perderam o prazo final de publicação do Edital e, até o momento, o MCTI não obteve a prometida autorização do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) para que os concursos saiam ainda em 2024, mesmo tendo a Ministra Luciana Santos conversado com a Ministra Esther sobre esse assunto no início de junho passado.

A ASCT e o Fórum de C&T tem cobrado insistentemente e reiteradamente do governo essa providência.



Fonte: MCTI/2024.

Gestão Estratégica de Pessoas

A AC optou pela participação no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) para a seleção dos analistas e, em 25 de janeiro de 2024, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do MGI pormenorizou a apresentação de um projeto vinculado à inovação da seleção empreendida pelo CPNU, o Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), que consiste em uma ferramenta para o planejamento da força de trabalho no serviço público federal.

O DFT utiliza dados quantitativos e qualitativos para estimar a quantidade ideal de pessoas para as equipes e faz um diagnóstico da força de trabalho, a partir das entregas de cada unidade organizacional. A metodologia envolvida não calcula apenas quantos servidores são necessários para ocupar vagas de evasões e aposentadorias, mas avalia o que a organização pretende entregar à população.

E o MCTI, até o momento, não respondeu ao MGI a solicitação de reunião para apresentação do projeto.

É de difícil compreensão a insistência da atual gestão em manter o *status quo* e, por consequência, prejudicar o seu próprio desempenho, uma vez que a alocação de pessoal nas áreas finalísticas é uma das condições primordiais para atender a sociedade brasileira.

“Não tem nenhum sentido dentro do Palácio onde está o presidente da República, que fala em justiça social todo dia, a gente ter trabalhador terceirizado aqui dentro” Presidente Lula sobre a terceirização do Palácio do Planalto

O gráfico em destaque denuncia o peso da área-meio, contraposto ao bom senso em um Ministério Finalístico. Sobre isso, a ASCT denunciou o efeito lesivo da junção com o Ministério das Comunicações que ainda reverbera pela manutenção da estrutura de cargos na SPOA e o consequente raquitismos devido a inação de uma política de valorização das carreiras de C&T dentro de seu próprio Ministério.

Entretanto, cabe investigar as causas da razão dos trabalhos da área-meio parecer não conseguir atender a demanda, conforme descrito no Relatório de Gestão do MCTI de 2023 “Apesar de empenharmos os esforços necessários para atender às demandas oriundas dos órgãos de controle externo, a insuficiência de pessoal em relação às demandas das atividades atribuídas à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) tem causado exaustão à equipe e limitado sua atuação”. Parece existir um problema crônico e sistêmico de gestão.

A terceirização também é um fenômeno que tem avançado a olhos vistos, principalmente em alguns setores como o Gabinete da Ministra e algumas Secretarias. Sobre isso, nos preocupa a ausência de autorização para concurso de nível médio. Quer dizer que o governo endossará a terceirização? O Presidente Lula não aprova no Planalto.

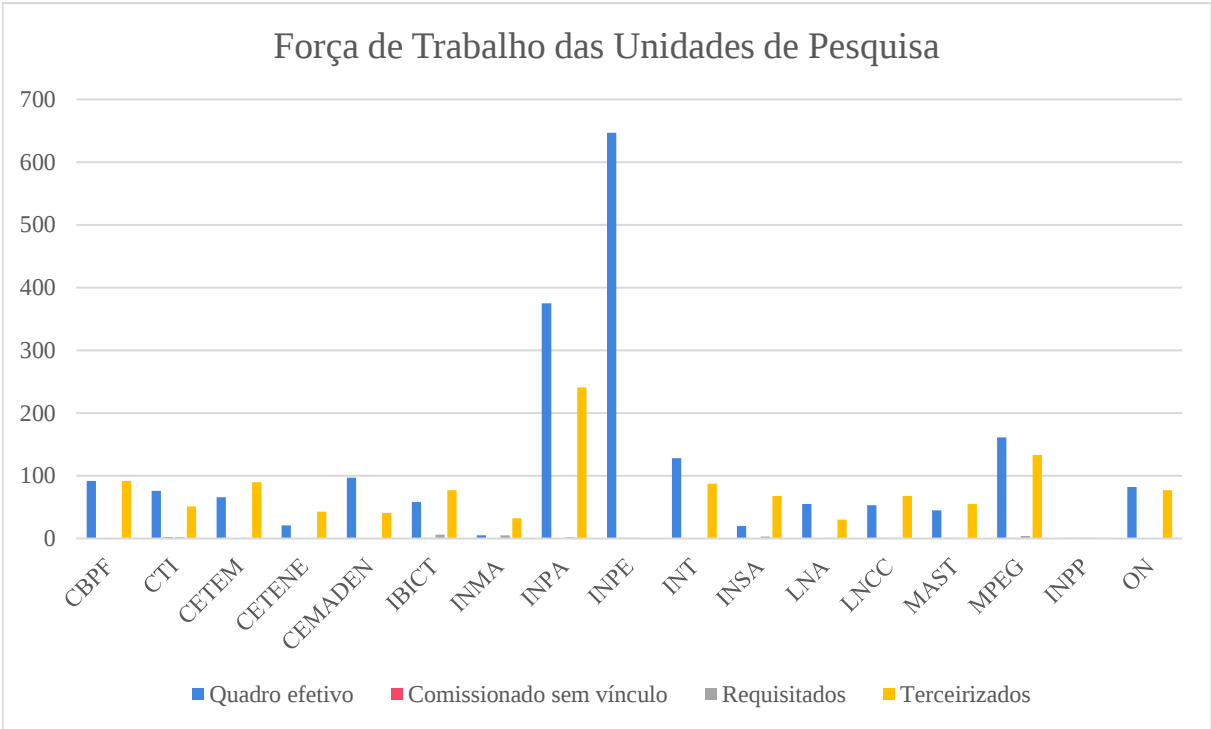
O sucateamento das Unidades de Pesquisa

O MCTI possui em sua estrutura, 17 Unidades que contribuem diretamente para o progresso científico e tecnológico do país. Elas atuam como pontes entre o conhecimento produzido nos laboratórios e nas salas de monitoramentos, tanto na indústria como na vida cotidiana dos brasileiros. Para alertar a sociedade quanto a importância de investir recursos e repor os quadros, os representantes das UP, juntamente com o Fórum de C&T e a ASCT, estiveram em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados na terça-feira, dia 03 de julho de 2024.

TODOS OS SERVIDORES - UPs/MCTI

INSTITUIÇÃO	2010	2019	2024	APOSENTÁVEIS	VAGAS (2024)
CBPF	153	111	88	35	55
CEMADEN	-	102	97	3	35
CETEM	88	94	84	14	31
CETENE	17	29	35	10	21
CTI	156	88	58	18	57
IBICT	110	84	64	18	41
INMA	0	14	14	0	26
INPA	743	538	439	194	76
INPE	1066	761	650	190	135
INPP	0	2	2	0	10*
INSA	16	25	23	2	32*
INT	229	153	135	33	36
LNA	70	61	54	12	19
LNCC	83	66	41	16	39
MAST	65	55	27	13	22
MPEG	255	209	171	63	43*
ON	140	101	84	28	29

Fonte: Unidades de Pesquisa



Fonte: MCTI/2024. * não há dados sobre a terceirização no Inpe.

A terceirização é um fenômeno que atinge a maior parte das nossas Unidades. Precisamos reforçar o quadro de servidores públicos nas áreas estratégicas

O diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Márcio Albuquerque, afirmou que todas as unidades são referências e convivem com um orçamento abaixo do necessário. Entre 2019 e 2024, a verba para as UPs passou de R\$ 344 milhões para R\$ 359 milhões, um aumento de 4,3%; sendo que, para esse período, a inflação pelo IGP-M, que corrige os principais contratos dessas unidades, subiu 62%.

ORÇAMENTO

(em milhões de reais)

INSTITUIÇÃO	2010	2019	2024
CBPF	9,011	17,132	16,569
CEMADEN	-	22,060	24,606
CETEM	9,500	11,128	12,843
CETENE	7,116	4,930	6,000
CTI	11,098	8,689	9,671
IBICT	6,342	15,648	14,565
INMA	0	2,844	3,850
INPA	32,317	35,076	35,209
INPE	204,275	137,777	129,460
INPP	0	0	11,090
INSA	4,493	5,678	6,641
INT	8,896	14,139	16,069
LNA	6,108	15,649	14,976
LNCC	11,585	20,637	21,440
MAST	5,075	5,087	6,576
MPEG	9,128	15,052	15,442
ON	6,848	12,120	13,903

Fonte: Unidades de Pesquisa

Não bastasse a redução do quadro de pessoal e o baixo investimento, a gestão Lula estava programando rever um importante programa de fortalecimento institucional, o Programa de Bolsa de Capacitação Institucional (PCI).

Durante o debate, o Diretor da ASCT, Higor Thales, representando o Fórum de C&T, defendeu o Programa

BOLSISTAS (PCI)

INSTITUIÇÃO	BOLSISTAS (PCI)
CBPF	47
CEMADEN	19
CETEM	43
CETENE	47
CTI	59
IBICT	27
INMA	44
INPA	56
INPE	125
INPP	20
INSA	60
INT	54
LNA	15
LNCC	10
MAST	41
MPEG	62
ON	18

Fonte: Unidades de Pesquisa

juntamente com a Presidente da Associação dos Servidores da Capes, Ângela Santana. Ademais, é importante lembrar que essas foram as únicas bolsas a não terem sido corrigidas pelo atual governo.

O resultado da audiência foi bastante positiva do ponto de vista político, pois, nesse mesmo dia, a gestão MCTI fez um compromisso de prorrogação das bolsas até o final de 2025.



“O sucateamento se reflete em: (i) encolhimento do maior fundo de apoio à ciência e inovação, o FNDCT, que sofre severa diminuição nos recursos discricionários para suas atividades; (ii) congelamento no valor das bolsas de formação e de pesquisa em seus menores valores históricos desde sua criação; e (iii) perda de recursos orçamentários e diminuição e desvalorização do capital intelectual do MCTI e de suas unidades vinculadas”. Trecho do Relatório do Grupo Técnico da Comissão de Transição Governamental.

A política, como está colocada, é contra o fortalecimento do órgão. Se a gestão dita progressista é assim, não parece ser diferente da anterior no que tange ao trato administrativo da máquina que opera, afinal, só a utiliza para atingir seus fins.

A falta de pessoal e a má alocação dos recursos humanos é uma das preocupações da ASCT. Juntamente com o Fórum de C&T, temos alertado o quanto é temerária a permanência do estado das coisas. Nossas UP são estruturas de excelência que comportam laboratórios especializados, portanto, não é sábio operar com orçamento insuficiente nem com quadro reduzido de pessoal.

A Diretoria da ASCT reforça seu compromisso por melhores condições de trabalho para a carreira. Somos trabalhadores de C&T e temos a responsabilidade de fortalecer as nossas instituições para perseguir a sua finalidade pública e o artigo 37 da Constituição Federal nos respalda na nossa luta pela eficiência organizacional.

Demandaremos, junto ao MGI, na Mesa Específica, a necessidade de contratação de mais servidores a fim de superar a falta de recursos humanos. Cobraremos da Ministra Luciana Santos a implementação do DFT, que entendemos ser prioridade para o MCTI. Ademais, corroborada a necessidade de fortalecimento institucional, essa deve ser ampliada.

O que de fato nos preocupa é que nem os alertas dos órgãos de controle (TCU e CGU) surtem efeito, pois há anos que demandam um fortalecimento institucional na área de políticas públicas de C&T no seu planejamento, execução, monitoramento, avaliação e formulação, com foco estratégico em projetos mobilizadores e estruturantes. O desafio é mudar a realidade com quadro reduzido, gestão precária e desvalorização profissional.

EXPEDIENTE

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MCTI - ASCT
DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente – Ana Paula Sampaio Volpe
Diretor Financeiro-Administrativo – Ivalmar Jorge Freire
Diretora de Estudos Estratégicos e Assuntos Profissionais – Higor Thales Rocha Lopes
Diretor Assuntos Parlamentares, Articulações Institucionais – Elzivir Azevedo Guerra
Diretora de Eventos, Esportes e Saúde no Trabalho – Sergio Knorr Velho
Suplentes:
Sergio Brito
Joelmo Jesus de Oliveira
Sheila Miranda
Conselho Fiscal:
Hideraldo Luiz de Almeida
Fabio Alexandre Barreto da Silva
Natalia Aurélio Vieira
Suplentes:
Maria Joana Ribeiro da Silva
Evando Cardoso Boaventura
Funcionário:
Gabriel Machado
E-mail: asct@asct.org.br Website: <https://www.asct.org.br/>
Instagram: [asct.mcti](https://www.instagram.com/asct.mcti)
Telefone: (61) 2033-7680 ou 7483 / (61) 99996-6501 whatsapp
Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco "E" Subsolo - Brasília - DF - CEP: 70067-900